



ATA DA 74ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ INTERSETORIAL DA POLÍTICA MUNICIPAL PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA, REALIZADA NO DIA 03 DE JUNHO DE 2020, NA PLATAFORMA ONLINE MICROSOFT TEAMS – com a presença dos **Conselheiros Titulares:** Alderon (Rede Rua), Roseli (RPR), Kelseny (Clínica de DH Luiz Gama), Lucas Amaral (RPR), Giulia (SMDHC), Fabiana da Silva Pires (SMS) e Tomás (SMADS); **Conselheiros Suplentes:** Robson (RPR), Girlândia (RecicLázaro), Regina (OAF), Maria Lisabete (SMADS) e Juliana Quarenta (SMDHC), Maria Luiza (SMS) **Participantes:** Julia Lima, Carmen, Luiza Burgareli, Nina Laurindo, Silvane Silva, Rosiene Silvério e Rosangela Martins.

A reunião teve início com a aprovação das atas das 72ª e 73ª Reuniões Ordinárias, bem como com a aprovação da ata da 25ª Reunião Extraordinária. Em seguida, a Sra. **Giulia** (SMDHC) iniciou o debate das pautas, considerando que havia muitas pautas a serem discutidas na reunião.

A **primeira pauta** abordada foi a do **Prêmio 19 de Agosto**, na qual a Sra. **Juliana** (SMDHC) pontuou a importância de manter o Prêmio em 2020, uma vez que a proposta era direcionar as premiações a entidades – pessoas físicas e jurídicas – que estivessem realizando ações no combate à pandemia para a população em situação de rua. As mudanças sugeridas no edital do Prêmio foram as seguintes: este ano o prêmio reconhecerá boas práticas vinculadas ao combate à Covid-19; separação do prêmio em duas categorias: pessoa jurídica e física, pela diferença na capacidade de mobilização de recursos. Logo, as duas categorias serão premiadas separadamente. As discussões e avaliações das propostas serão feitas virtualmente, e para pessoas físicas, excepcionalmente, serão disponibilizados horários na SMDHC para realização de inscrição. Foi tirada uma comissão para avaliação do Prêmio 19 de Agosto. Representantes da sociedade civil: Regina (OAF), Roseli (RPR) e Lucas Amaral (RPR)¹ e representantes de Governo: Giulia (SMDHC), Juliana (SMDHC) e Rodrigo (SMDDET).

¹ A indicação do conselheiro Lucas (RPR) ocorreu após término da reunião, uma vez que no momento, apenas as conselheiras Regina e Roseli se disponibilizaram a compor a comissão.





Foi passada a discussão da **segunda pauta**, sobre o **Centro de Defesa dos Direitos da População em Situação de Rua**. A Sra. **Juliana** (SMDHC) apresentou a proposta de desenho inicial do equipamento que está sendo debatida no Subcomitê da Política Municipal. Foi pontuado que será um equipamento público referenciado no atendimento especializado à população em situação de rua, com foco na integração da rede de políticas públicas e demais agentes dos territórios, defesa e promoção de direitos e Inclusão social, cultural, produtiva e econômica, levando em conta a heterogeneidade e as vulnerabilidades sobrepostas da população em situação de rua. A proposta é que o equipamento seja itinerante, porque o caráter itinerante amplia a abrangência da atuação do equipamento, descentralizando as ações voltadas à população em situação de rua. Os serviços ofertados seriam: 1. Atendimento técnico especializado interdisciplinar; 2. Recebimento, encaminhamento, produção de devolutivas e monitoramento de denúncias sobre violação de direitos da população em situação de rua; 3. Orientações e encaminhamentos para serviços públicos em geral; 4. Orientações e ações para inclusão social, cultural, econômica e produtiva da população em situação de rua; 5. Ações de fomento à participação social e organização da população em situação de rua; 6. Oficinas temáticas próprias e em parceria com outras Secretarias e órgãos; 7. Apoio à CPPSR/SMDHC, pesquisadores e instituições de ensino para geração de dados, informações, estudos e pesquisas sobre a população em situação de rua; 8. Reuniões com agentes da rede de políticas públicas e agentes privados que trabalham com população em situação de rua nos diferentes territórios; 9. Formações para a sociedade e agentes públicos e privados sobre a temática população em situação de rua, seus direitos e a rede de atendimento existente.

Para o conselho gestor do equipamento, conforme explicou a Sra. Juliana (SMDHC) foi pensado um órgão paritário composto por 09 conselheiros: 03 do Comitê PopRua - eleitos internamente, 03 de Governo, sendo necessariamente duas cadeiras da SMDHC, e 03 representantes da Organização Social que gere o equipamento.

A apresentação foi finalizada com uma pontuação da Sra. **Juliana** (SMDHC) de que todos estes pontos foram debatidos com a sociedade civil nas reuniões do Subcomitê da Política Municipal para População em Situação de Rua, e que os debates ainda serão feitos





por lá. Todas as sugestões de alteração no desenho do equipamento serão enviadas ao Subcomitê e debatidas na reunião.

Foi aberto então para as falas: **1.** A Sra. **Carmen** sugeriu que o conselho gestor seja independente do Comitê e que tenha eleição própria; **2.** A Sra. **Rosiene** questiona como será a relação do Centro de Defesa com os serviços assistenciais como CREAS e CRAS, e pergunta se o Centro de Defesa terá a função de encaminhar e cobrar posição e execução; **3.** A Sra. **Roseli** (RPR) pontuou que projeto é importante e os trabalhadores precisam ter contato com a rua, falar a linguagem e entender a realidade da população em situação de rua; **4.** A Sra. **Kelseny** (CDHLG) pontuou que é preciso ser aprofundado o debate sobre o formato do Centro de Defesa; pontuou que o centro terá que lidar com muitas denúncias e precisa estar preparado, por isso, propôs que exista um cargo de ouvidor indicado por organizações sociais; propôs que o controle social seja rígido e que exista paridade entre sociedade civil e membros de governo, e pontuou que faz sentido que os membros sejam do Comitê; **5.** O Sr. **Robson** (RPR) pontuou que para fazer defesa de fato é necessário que os membros do Comitê fiscalizem para que os direitos da população em situação de rua sejam respeitados; **6.** A Sra. **Lisabete** (SMADS) pontuou que existem dois tipos de conselho gestor: consultivo e deliberativo. Os da saúde são tripartites (usuário - trabalhadores - governo) e deliberativos; pontuou que precisamos definir melhor quais serão as atribuições do conselho gestor; **7.** O Sr. **Alderon** (Rede Rua) agradeceu a Sra. Juliana pela coordenação do GT e pela apresentação; pontuou que a ideia do centro não está pronta, o processo está construindo isso através do Subcomitê da Política Municipal; sobre a autonomia do Centro de Defesa, pontuou que existem mecanismos para que a autonomia seja trabalhada para que este seja um órgão efetivo, porém não significa que o centro será independente da secretaria; pontuou ser primordial que o centro tenha autonomia para defender a população em situação de rua; sobre o conselho gestor pontuou que podemos aproveitar o conselho já eleito, que tem acompanhado os problemas da política pública para a população em situação de rua.

A Sra. **Giulia** (SMDHC) reforçou que a Coordenação recebe contato de diversas pessoas em situação de rua que não sabem como acessar serviços públicos ou que encontram barreiras diversas. Pontuou, na linha do que a Sra. Rosiene havia comentado, que esta será





uma das funções do centro de defesa, articular com as redes já existentes para o melhor atendimento ao público.

A palavra voltou à Sra. **Juliana** (SMDHC) reforçou que o Centro de Defesa vai facilitar a atuação das diversas equipes no território, das diversas secretarias. Pontuou também que é preciso diferenciar as funções do Comitê e do conselho gestor do Centro de Defesa. O Comitê continuará tendo as competências atuais de avaliar a política para a população em situação de rua, e o conselho gestor do centro de defesa cuidará apenas do Centro. Pontuou que existem muitos detalhes do desenho do centro que ainda precisam ser discutidos, debate que está sendo feito atualmente no Subcomitê de políticas para a população em situação de rua. Pontuou que foi pensado que alguém da Ouvidoria de Direitos Humanos participasse do conselho gestor, pois conhecem muito bem o fluxo de denúncias. Pontuou, mais uma vez, que as discussões sobre o centro de defesa estão sendo feitas no subcomitê de políticas para a população em situação de rua e convida a todos para participar das próximas reuniões.

Foi passada à discussão da **terceira pauta**, sobre o **Subcomitê Permanente de Zeladoria Urbana**. A Sra. **Giulia** (SMDHC) pontuou a necessidade de nomear 10 representantes do Comitê – representantes da sociedade civil - para o Subcomitê, tendo em vista que os representantes de Governo já estão definidos e falta a definição do Comitê para formalizar a publicação da nomeação. Foi decidido, na última reunião do Subcomitê de Zeladoria Urbana, realizar a nomeação agora pela necessidade urgente de debater este tema no dado momento e, que, posteriormente à pandemia, poderíamos redefinir os conselheiros nomeados. Foi questionada quem tinha interesse e os seguintes membros demonstraram interesse: Robson (RPR), Roseli (RPR), Alderon (Rede Rua), Tião (RPR) e Lucas (RPR)². Como ninguém mais demonstrou interesse ficou definido que essas cinco pessoas seriam os representantes titulares e que mais cinco pessoas seriam definidas posteriormente, e seriam representantes suplentes.

Foi então apresentado pelo Sr. **Alderon** (Rede Rua) um ofício propondo suspensão do novo decreto de zeladoria urbana durante a Covid-19 e demais providências, com vistas a

² A indicação do conselheiro Lucas (RPR) ocorreu após término da reunião, uma vez que no momento, apenas as conselheiras Regina e Roseli se disponibilizaram a compor a comissão.





garantir os direitos das pessoas que se encontram em situação de calçada. Conforme argumentou, há casos de pessoas que foram retiradas barracas e que isso não pode acontecer, principalmente em tempos de pandemia e período de baixas temperaturas. O ofício foi lido em sua íntegra e aprovado pela maioria presente para envio ao Prefeito Bruno Covas.

A Sra. **Roseli** (RPR) pontuou que aprova o ofício lido pelo Sr. Alderon, e falou que na falta de abrigos suficientes precisamos no mínimo poder manter as barracas nas ruas. Pontuou também que está enviando um projeto de autoria própria sobre praças que gostaria de transformar em um camping noturno para mulheres e LGBT. O Sr. **Robson** (RPR) pontuou que o número de pessoas que estão em situação de rua aumentou rapidamente e por isso a importância do envio do ofício ao Prefeito. Pontuou que o texto tem que ser aprovado da forma que está, e que outras questões como a do hotel precisam ser pontuadas também.

Foi passada então à **quarta pauta** da reunião, **atualizações sobre a Covid-19**. Foi feito um repasse das secretarias presentes sobre as ações que estão sendo feitas:

1. Sobre a **SMDHC** a Sra. **Giulia** (SMDHC) informou que: os pontos de água potável se mantêm, e segundo os relatórios a população está acessando bastante estes serviços. Foi feita uma doação de 96.000 copos de água pela SABESP para serem distribuídos juntamente com as marmitas do projeto rede cozinha cidadã. Pontuou também sobre a gratuidade do Bom Prato. Pontuou que o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos enviou protocolos para acolhimento à população em situação de rua – o material é público e está circulando, e será também enviado no mailing do Comitê. Informou também que a coordenação de políticas para população em situação de rua marcou uma reunião com coordenação nacional de políticas para a população em situação de rua para entender como o governo federal está apoiando ações para população nos municípios.
2. Sobre a **SMADS** o Sr. **Tomás** (SMADS) informou que: para a gratuidade nas unidades de Bom Prato para pessoas em situação de rua não acolhidas estão sendo distribuídos cartões pelas equipes de SEAS nos diversos territórios da cidade. O cartão vale até o fim





da pandemia e dá direito a 3 refeições por dia. O cartão é pessoal e não pode ser usado por outras pessoas. Pontuou que serão abertas 400 vagas emergenciais de acolhimento (100 vagas para mulheres, 150 para homens solteiros, 50 para mulheres trans e 100 vagas para famílias) em Itaquera, no Ipiranga, na Cidade Ademar e Penha, em CEUs da Prefeitura. Sobre as testagens para a Covid-19 pontuou que houve aumento de testagem nos serviços da SMADS e, com isso, as vagas do Pelezão serão transformadas em vagas para diagnosticados, e outro espaço, na Vila Mariana, será convertido para suspeitos. Segundo SMADS, já passaram 319 pessoas no Pelezão (29/05 - ocupação é de 43 vagas, sendo 36 masculinas e 05 femininas e 02 berços); Segundo SMADS, já passaram 76 pessoas no Bacelar (29/05 - a ocupação é de 14 vagas sendo 13 masculinas e 01 feminina).

3. Sobre a **SMS**, a Sra. **Maria Luiza** (SMS) informou que: os óbitos são mapeados por meio das equipes de atenção básica. Além disso estão sendo monitoradas as pessoas dentro dos centros de acolhida. Estão mapeando também ações comunitárias. Fluxo de testagem depende de unidade de saúde, logo segue o mesmo fluxo de coleta que todos os usuários do sistema de saúde. Diante do cenário de pandemia a saúde e a SMADS têm somado esforços no trabalho intersecretarial. A SMS elaborou fluxo de sintomáticos e recomendações dos profissionais. Pontua que em relação ao mapeamento de óbitos, foram mapeados 25 óbitos da população em situação de rua por covid-19, sendo 3 mulheres e 22 homens. Todos os óbitos ocorreram em equipamentos de saúde e eram acompanhados pelo consultório na rua.

Em seguida foi passada a palavra à sociedade civil: O Sr. **Lucas** (RPR) pontuou que foram adicionadas mais 7 equipes de consultório na rua, e que os horários de atendimento foram expandidos para englobar também o fim de semana; demandou também que as informações sobre aberturas de vagas sejam informadas no comitê antes e durante a aplicação das vagas, e não depois que as coisas já são feitas. A Sra. **Roseli** (RPR) questionou sobre a abertura de um camping para pessoas em situação de rua, e também





sobre a abertura de vagas nos hotéis. A Sra. **Kelseny** (CDHLG) pontuou que não se sentiu satisfeita com a fala da saúde, pois informações sobre os óbitos não foram passadas para os membros do comitê e acabam saindo na mídia; pontuou também que há 1 mês houve divulgação de 22 mortes, e agora o número passou apenas para 25, o que resultaria em apenas 3 mortes no último mês; questionou também o número de pessoas em situação de rua que foram testadas, questionou se as respostas das perguntas enviadas à SMS foram respondidas e se a SMADS tem o número de trabalhadores contaminados e afastados por covid. A Sra. **Carmen** perguntou como SMS encaminha e mapeia pessoas em situação de rua que não passaram pelo consultório na rua, e se estes dados são computados; questionou como está sendo o transporte a partir do momento que são considerados suspeitos; perguntou como o isolamento dos casos está sendo feito, se SMS está disponibilizando EPIs e como está sendo feita a redução de danos nos equipamentos emergenciais. A Sra. **Julia** questionou sobre espaçamento dos beliches nos CAs, sobre como está sendo feito na prática e comentou que a Rede Rua ainda não teve resposta do ofício enviado para SMADS há 2 meses.

Em seguida a palavra retornou às Secretarias para resposta das questões colocadas. A **SMS** pontuou que a testagem está sendo feita de acordo com os sintomas, e que os trabalhadores da saúde são informados do fluxo da SMADS para pessoas em situação de rua. A **SMADS** pontuou que o espaçamento já foi iniciado nos serviços que tinham capacidade de fazê-lo de forma adequada. Nos serviços que não foi possível fazer espaçamento o que aconteceu foi a retirada dos grupos de risco deste serviço para outros serviços. Comentou que a proposta do camping foge das ofertas da secretaria pois não existe forma de gastar dinheiro com serviço que não é tipificado, e comentou que é possível fazer expansão da rede de acolhimento, dizendo que a expansão no número de vagas foi expressiva. Sobre distribuição de máscaras, informou que foi feita parceria com SMDHC, onde SMADS distribuiu mais de 80.000 máscaras para a rede socioassistencial. Sobre a abertura de vagas no Clube em Santo Amaro disse que não é possível expandir vagas no clube por questão estrutural: não existe banheiro pro aumento do número de pessoas, conforme foi informado pelo setor responsável em SMADS. Sobre os dados dos números de inscritos no edital dos hotéis: neste edital foram recebidas 7 propostas e deve sair publicada ata da comissão que avaliou as propostas. Sobre





o levantamento do número de funcionários afastados por covid ou por grupos de risco, informou que foi um total de 67 funcionários: CA - 6 afastados por apresentar sintomas e 12 grupos de risco; SEAS - 5 afastados por apresentar sintomas e 35 grupo de risco; Núcleos - 2 afastados por apresentar sintomas e 7 grupos de risco.

Por fim, a Sr. **Rosiene** sugeriu que a medida que a SMADS e a SMS souberem o número de pessoas em situação de rua contaminadas pela covid, a coordenação tenha o conhecimento destes números. O Sr. **Lucas** (RPR) sugeriu que o Comitê enviasse ofício defendendo a permanência de funcionários dos SEAS com a mudança de OSC, em função da importância que manter o vínculo com a população em situação de rua. No entanto, a Sra. **Giulia** (SMDHC) discordou, apontando que o Poder Público não pode interferir na contratação de profissionais pelas entidades. O Sr. **Tomás** (SMADS) falou que muitas vezes quando a OSC muda a OSC nova acaba contratando os antigos profissionais do território e, reiterando a Sra. Giulia, sugeriu que não é atribuição do Comitê definir tais diretrizes. A Sra. **Giulia** (SMDHC) abriu espaço para conversar com o conselheiro e pensar em alternativas para a problemática apontada. A Sra. **Roseli** (RPR) reforçou a importância de abrir mais acolhimento em Santo Amaro, principalmente hotéis. A Sra. **Kelseny** (CDHLG) reforçou a importância do Comitê enviar ofício ao tribunal de justiça para impedir ações de reintegração de posse e despejo, que promovem a ida de mais famílias à situação de rua.

Encaminhamentos:

1. Enviar carta aprovada propondo suspensão do novo decreto de zeladoria;
2. Enviar ofício para o tribunal de justiça pedindo a suspensão das reintegrações de posse e despejos;
3. As sugestões para o centro de defesa da população serão levadas para a próxima reunião do subcomitê da política municipal;
4. Enviar ofício pra saúde sobre a alta responsável e solicitando boletins semanais de contágio, testagem e óbitos da população em situação de rua;
5. Divulgar material produzido pelo Ministério.





Assinam a ata:

MEMBROS TITULARES

Lucas de Almeida Alves (RPR) _____

Alderon Pereira da Costa (Rede Rua) _____

Kelseny Medeiros Pinho (CDHLG) _____

Roseli Kreamer (RPR) _____

Tomás Andreetta (SMADS) _____

Fabiana da Silva Pires (SMS) _____

Giulia Pereira Patitucci (SMDHC) _____

MEMBROS SUPLENTE:

Robson Correia de Mendonça (RPR) _____

Regina Maria Manoel (OAF) _____

Maria Luiza Garcia (SMS) _____

Maria Lisabete Santiago (SMADS) _____

Juliana Quarenta (SMDHC) _____

